

# INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE O PASSADO E DESAFIOS DO FUTURO<sup>1</sup>

*Institutionalization of the Public Administration field in Brazil: reflections about the past and the challenges of the future*

Marta Ferreira Santos Farah<sup>2</sup>

## RESUMO

Com base no referencial sobre campo científico proposto por Bourdieu e na literatura sobre institucionalização de disciplinas e campos multidisciplinares, o artigo faz uma breve reconstituição da trajetória do campo de Administração Pública no Brasil, considerando aspectos relativos ao contexto, ao texto – conhecimento específico da área – e o papel de mediação entre texto e contexto exercido pelos atores que integram o campo. A reconstituição do passado e do presente mostra que a institucionalização do campo de Administração Pública no Brasil enfrentou uma série de obstáculos e sofreu descontinuidades, sob influência de fatores adversos, e que no passado recente houve condições favoráveis à sua institucionalização, acompanhadas por uma reconfiguração de sua identidade como um campo multidisciplinar – o Campo de Públicas. O artigo mostra também que essa trajetória foi influenciada pela ação dos integrantes do campo, que interferiram ativamente mediando a relação entre o contexto (adverso ou favorável) e a definição da identidade do campo (delimitação de um conhecimento específico, de seu objeto singular e da forma de estudá-lo). Mostra ainda que esse processo envolveu disputa interna ao próprio campo assim como luta (externa) pela definição de sua identidade e pela preservação do campo. E que, diante de desafios do contexto atual que afetam fortemente a área pública, o futuro depende da interferência de atores do campo. E da capacidade de se identificar, na multiplicidade, uma agenda comum.

**Palavras-chave:** Campo de Administração Pública; Campo de Públicas; Política Pública

## ABSTRACT

The article does a reconstitution of the Public Administration's field in Brazil, based on the theory of scientific field developed by Bourdieu and in the literature about the institutionalization of disciplines and multidisciplinary fields. It considers aspects related to the context, the text – the specific knowledge of the field – and the mediation between text and context exercised by the actors from the field. The reconstitution of the past and the present shows that the field of Public Administration in Brazil faced many obstacles and had discontinuities, under the influence of adverse contexts. And that in the recent past, there were favorable conditions to the institutionalization of the field. But the article also shows that this trajectory was influenced by actions from the field's members, which interfered mediating the relations between the context (favorable or adverse) and the definition of the field's identity (the definition of the specific knowledge, its subject and the way to study it). And also shows that this process included internal dispute as well as fight (external) about the definition of the field's identity and for the preservation of the field itself. The article stands that, considering the challenges that emerged in the present context,

<sup>1</sup> Este artigo se baseia em Conferência feita na Abertura do evento prévio ao II ENEPCP, o III Fórum de Programas de Pós-Graduação em Administração/Gestão Pública, realizado em Brasília, de 4 a 5 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Professora titular do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). E-mail: marta.farah@fgv.br.

which affects strongly the public área, the future depends also on the interference of the actors from the field. And on the capacity to identify a common agenda.

**Keywords:** Public Administration field; Public Field; Public Policy

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre a trajetória e as perspectivas do campo da Administração Pública no Brasil é mais do que nunca oportuno, diante da conjuntura atual do país, em que alterações na *politics* - na esfera da política - exercem um forte impacto na área pública, nas políticas públicas e na universidade, onde se dá parte expressiva da formação e da pesquisa em Administração Pública e em áreas correlatas como as de Política Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social, áreas que reunidas configuram o “Campo de Públicas”.

Neste artigo discuto essa trajetória, com base em pesquisa bibliográfica e na análise a partir de meu lugar como participante de vários dos processos recentes aqui descritos e analisados. E por se tratar de processos coletivos que incluem a participação ativa de uma comunidade plural, farei também referência a esse coletivo - a esse “nós”, sujeito dos processos analisados.

A partir de minha inserção no campo, iniciarei a reflexão pelo passado para que não nos esqueçamos de quantos obstáculos enfrentamos ao longo do percurso e de quanto já caminhamos. Em parte, trata-se de retomar algo já conhecido. Mas, no contexto atual, esse olhar para trás assume um novo significado, contribuindo para o entendimento do presente e sobretudo para a construção do futuro e para nos dar esperança e reforçar nossa capacidade de resiliência. Iniciarei, portanto, olhando para o passado da área pública, começando pelo passado longínquo, mas incluindo também o passado recente.

O exame do passado do campo de Administração Pública terá por referencial analítico a teoria de campo científico de Bourdieu (1976; 2003; 2004) e a literatura que discute o processo de institucionalização de um campo, seja ele disciplinar ou multidisciplinar (FORJAZ, 1997; OSPINA-BOZZI, 1998; MELO, 1999). Segundo esse referencial, para que um campo se institucionalize, é preciso haver a delimitação de um objeto específico, distinto do abordado por outras disciplinas ou campos, ou abordado pelo novo campo de maneira singular (FARAH, 2016a). A discriminação da administração pública como objeto de análise (e de formação) seria, portanto, uma pré-condição para a institucionalização desse campo. Essa condição constitui uma dimensão substantiva que se refere à produção e à disseminação de um conhecimento específico – o conhecimento em Administração Pública.

Em segundo lugar, para que um campo se institucionalize, é preciso que haja articulação entre ideias e um suporte material, que inclui instituições, revistas e o controle de recursos estratégicos (BOURDIEU, 2003; NELSON, 1998; MELO, 1999; FARAH, 2016a). São essenciais, assim, para a institucionalização e a *continuidade* de um campo, faculdades, cursos, programas de pós-graduação, seminários, fóruns, congressos, periódicos, além de recursos para pesquisas e para a realização de encontros acadêmicos, os quais contribuem para a formação, o desenvolvimento de pesquisas, a troca de ideias e a disseminação do conhecimento produzido.

E, finalmente, um terceiro componente da institucionalização de um campo é a constituição de uma comunidade discursiva (OSPINA-BOZZI, 1998). A ideia de comunidade discursiva remete à articulação entre atores (e atrizes) em torno de uma agenda, com base na constituição de um discurso comum, possibilitando o desenvolvimento de uma identidade que legitima e dá credibilidade à ação de seus integrantes (FARAH, 2016a).

A construção de uma identidade não significa consenso, mas a existência de uma linguagem comum que possibilita a troca e o debate de ideias e a sensação de pertencimento. Novos membros serão socializados a partir desse discurso comum (OSPINA-BOZZI, 1998; FARAH, 2016a). Essa terceira dimensão chama a atenção para a constituição de uma identidade compartilhada.

Mas, há uma outra face desse processo que é a disputa entre atores. Em primeiro lugar, disputa com atores que integram outros campos, a qual incide sobretudo sobre a delimitação do campo. A disputa ocorre ainda entre atores do próprio campo. Tanto por ideias relativas ao objeto de estudo como em relação a posições dentro do campo e a controle de recursos estratégicos (BOURDIEU, 1976; BOURDIEU, 2004).

O conceito de campo, na perspectiva de Bourdieu, chama a atenção ainda para a existência de um espaço dotado de certa autonomia no processo de produção de conhecimento que vai além do conhecimento propriamente dito ou da influência exercida pelo contexto em que o campo está inserido.

Afirma Bourdieu a esse respeito (2004, p. 20):

(...) para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc...) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. ... entre esses dois polos, muito distanciados... existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, **o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência...**

**A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias.** (grifo da autora).

Tendo por referência as características de um campo científico e o processo de sua institucionalização, passo à análise do campo de Administração Pública, começando pelo passado.

## O PASSADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EMERGÊNCIA DO CAMPO

Pensar o campo de Administração Pública é pensar a formação e a pesquisa nessa área. É pensar uma formação para a prática e uma formação para a pesquisa e para a docência. A Administração Pública, enquanto disciplina ou campo tal como se configura atualmente, foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, constituído nos EUA, ainda no final do século XIX.

No âmbito de departamentos de Ciência Política das universidades norte-americanas, foram instituídos os primeiros cursos de mestrado, com o objetivo de formar servidores que rompessem com o patrimonialismo característico da Administração Pública naquele país (HENRY, 1975).

Buscava-se implantar uma administração científica, que garantisse que os “negócios do Estado” fossem administrados de forma neutra e impessoal. O paradigma que estava na base dessa fundação da Administração Pública como disciplina, nesse momento, era baseado, assim, na separação entre administração e política (WILSON, 1887). Este paradigma tinha como sua outra face a busca de princípios gerais da administração (FARAH, 2011).

A administração científica concebia a administração pública ou governamental como o espaço de *execução* de políticas formuladas no espaço da política. Seu foco era a preparação dos servidores para atividades-meio: orçamento, gestão de pessoal e organização (HENRY, 1975).

O desenvolvimento da Administração Pública nos EUA até os anos 60, acabou por conduzir a disciplina a uma crise de identidade. De um lado, caminhou-se na direção de uma ciência administrativa em que a especificidade da administração pública – ligada ao Estado e a instituições e práticas orientadas para o público – se diluiu. Isso ocorreu sobretudo na vertente que se desenvolveu em escolas de negócio. De outro lado, parte da produção e da formação da nova disciplina reforçou a proximidade com a Ciência Política, sua área de origem, mas, ao fazê-lo, tendeu a perder sua especificidade (HENRY, 1995; FREDERICKSON, 1999; FARAH, 2011).

No Brasil, o que talvez possa ser chamado de uma proto-disciplina de Administração Pública tem suas origens no quadro das transformações da sociedade e do Estado Brasileiro ligadas à Revolução de 30. A intervenção do Estado na economia e na área social exigiu a criação de um novo e complexo aparato estatal nas mais diversas áreas. Quando se faz referência à intervenção estatal a partir de então, frequentemente se negligencia o fato de que o estado – para as novas funções que lhe eram atribuídas – até então não existia. Precisou ser criado. Assim, foram criados, por exemplo, os institutos de aposentadoria e pensões (IAPs), a Cia. Hidrelétrica do São Francisco, a Cia. Siderúrgica Nacional, dentre outras instituições. De um lado, a infra-estrutura para o desenvolvimento, de outro, instituições da área social.

Se não havia instituições, tampouco havia quadros de servidores para as novas funções estatais. Assim, havia também como desafio a formação de servidores. Este desafio foi concebido, desde o início, de forma a se romper com o patrimonialismo e o clientelismo, característico da Administração Pública na República Velha.

O Departamento de Administração do Serviço Público – DASP – assumiu essa função. Ao mesmo tempo que estabelecia normas para recrutamento (por concurso), para promoção, para a prestação de serviços públicos e para a administração das organizações estatais, o DASP passou a *treinar* servidores, a partir de uma lógica que sofreu influência especialmente dos EUA e do paradigma da administração científica adotado pelos cursos de Administração Pública daquele país (FISCHER, 1984).

A Revista do Serviço Público foi o veículo de difusão das ideias que deram suporte tanto à reforma do Estado quanto ao *treinamento* de servidores. É muito interessante consultar os primeiros números da Revista, de forte viés formativo-doutrinário. Recomendava-se, por exemplo, o envio de servidores aos EUA para que aprendessem naquele país como administrar com eficiência (SILVA, 1938; FARAH, 2011).

O projeto de implantação no país de uma nova Administração Pública e de formação de servidores para atender esse propósito foi concebido por um núcleo de pessoas muito próximo a Getúlio Vargas. Simões Lopes, presidente do DASP, era uma das figuras-chave nesse processo. Esse núcleo, liderado pelo próprio Simões Lopes, temendo a retomada do clientelismo e do patrimonialismo, com o retorno à

democracia em 1945, propôs a criação de uma nova instituição que ficasse insulada da política (Lopes, 1999). A proposta foi feita a Getúlio em 1944 e foi acatada no mesmo ano. Criou-se então, com apoio da ONU, a Fundação Getúlio Vargas que assumiu, fora do Estado, funções similares às do DASP, mas já em um novo contexto (FISCHER, 1984; FARAH, 2011).

Em 1952, foi fundada a EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública – na FGV, dando início à formação em Administração Pública no país no âmbito de instituições acadêmicas. O curso de graduação então iniciado deu continuidade aos princípios do DASP e foi influenciado por universidades norte-americanas (LOPES, 1999; FARAH, 2011). Prevaleceu, portanto, neste momento, o paradigma da separação entre administração e política e os princípios da administração científica. A criação de outros cursos de Administração, a partir de então, baseou-se nesses mesmos princípios, válidos para a administração de qualquer tipo de organização. No entanto, prevalecia a formação para a Administração Pública. Como afirmam Coelho e Nicolini (2014, p. 384): “Na metade dos anos 1960, dos 31 cursos de administração no país, dois terços eram de administração pública ou enfatizavam esse campo do saber”.

Nesse período embrionário, é possível identificar a presença de um objeto específico de análise (não formalizada como pesquisa sistemática) e de formação; a existência de instituições criadas para “tratar” do tema Administração Pública; e a presença de um pequeno mas sólido grupo de atores que compartilhava uma agenda e um discurso comuns. Nessa agenda e nesse discurso sobressaem a preocupação com a Administração Pública (objeto comum) e, ao mesmo tempo, a separação entre política e administração.

## **REORIENTAÇÃO NA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS ANOS 60 E A REDEFINIÇÃO DO CAMPO**

No final dos anos 60 e no início dos 70, o campo de Administração Pública sofreu uma profunda inflexão nos EUA a partir do que passou a ser conhecido como movimento de análise de políticas públicas. Essa inflexão também exerceu influência sobre a Administração Pública no Brasil.

O movimento de análise das políticas públicas procurava instituir uma formação que se diferenciava da que prevalecia nas escolas de Administração Pública, centrada em atividades-meio. A formação que se buscava era voltada à preparação de servidores capazes de contribuir para a resolução de problemas públicos relevantes, num momento em que a sociedade norte-americana se deparava com graves questões no plano político e social, não passíveis de enfrentamento pelo mercado. Esse movimento resultou da união de um grupo de universidades de elite com funcionários da Fundação Ford e da Fundação Sloan para propor e implementar uma reorientação da educação profissional para o serviço público em torno do tema da análise das políticas públicas e da busca da resolução de problemas complexos (ALTHUSLER, 1990 *apud* OSPINA-BOZZI, 1998; FARAH, 2013).

Esse movimento questionava centralmente o paradigma que presidira a institucionalização do campo de Administração Pública até então – baseado na separação entre administração e política. A análise de política pública passa a estar no centro da nova proposta de formação e da própria disciplina. A nova identidade da Administração Pública procurava articular conteúdos tradicionais de administração ligados a atividades-meio – como orçamento, teoria organizacional e administração de pessoal – ao estudo de atividades-fim, incluindo a formulação de políticas.

Na verdade, o *movimento de análise de políticas públicas* acabou conduzindo à transformação de parte dos cursos de mestrado em administração pública em cursos de política pública (FARAH, 2016b). Graham Allison, diretor da John Kennedy School of Government de 1977 a 1989, destaca essa reorientação (ALLISON, 2008, p. 64):

*A key innovation within these programs was a shift in focus from “public administration” to “public policy”. Emphasizing policy, the schools addressed ends as well as means. This refocus required [...] training policy analysts — not simply public administrators — who would inform decision makers about the consequences of alternative policy choices [...].*  
(grifo da autora)

A mudança de foco dos cursos de mestrado se deveu ao reconhecimento de que administradores públicos não são executores neutros de decisões tomadas na esfera política, mas também participam da formulação de políticas (MCCAMY, 1960, FARAH, 2011).

Nas transformações no campo de Administração Pública nos EUA, observa-se a existência de conexões entre texto e contexto, mas também, como sugerido por Bourdieu, certa autonomia (relativa) do campo. O contexto social e político dos EUA nos anos 60 e 70 foi marcado por sérios problemas públicos, em que se destacam a questão dos direitos civis e os problemas urbanos. As alterações no texto, isto é, no objeto e no conteúdo da disciplina e na abordagem da formação e das pesquisas, mostram clara conexão com os desafios sociais, com o contexto.

Mas, essa relação não é automática. Foi em decorrência de debates, troca de ideias e disputa no interior do campo e da discussão sobre as fronteiras do próprio campo que esse se redefiniu e se reorganizou. Ilustra esse processo a ocorrência, nos anos 70, de debates acalorados a respeito da definição de conteúdos dos cursos que se reuniram na NASPAA (*National Association of Schools of Public Affairs and Administration*), o que incidia sobre a própria identidade dos cursos e do campo que então se redefiniam. Esses debates culminaram no estabelecimento de diretrizes que permitiam a variação dos currículos ao mesmo tempo que garantiam a manutenção de um núcleo comum (HENRY, 1995, FARAH, 2013), contribuindo para a construção de uma identidade compartilhada.

Da mesma forma, houve debate a respeito da manutenção do termo administração nos novos cursos e nos cursos reformulados. Nas escolas e cursos que mais se aproximaram da proposta de análise de políticas públicas, optou-se pelo uso de management (gestão) para sinalizar uma orientação para a ação (orientação para um fim) (ALTHUSLER, 1990 *apud* OSPINA-BOZZI, 1998; FARAH, 2013)<sup>3</sup>.

Não vou me deter em outras evoluções do campo de Administração Pública nos EUA. Para os objetivos desse artigo, é importante destacar a inflexão ocorrida naquele momento e sobretudo o processo de debate no interior do próprio campo, envolvendo luta por novas concepções a respeito do objeto analisado e sobre os limites do campo. Esse processo interno transcende, por um lado, um processo de transformações no âmbito do próprio conhecimento e, por outro, as conexões com o contexto social e político externo. Há, como aponta Bourdieu, certa autonomia do campo científico que envolve uma mediação da relação entre texto e contexto, marcada por debates e disputa entre os atores que integram o campo. O mesmo tipo de processo ocorrerá mais tarde no debate sobre a redefinição do público, sobre as

<sup>3</sup> É nessa perspectiva que Guerreiro Ramos, no Brasil, defenderia uma racionalidade substantiva em contraposição à instrumental.



fronteiras entre Estado e sociedade, sobre o papel de atores não-governamentais, para citar apenas alguns exemplos.

No Brasil, iniciou-se uma inflexão similar à ocorrida nos EUA, também nos anos 60. A realização na EBAP de uma pesquisa intitulada “Estudos sobre problemas governamentais”, publicada pela Revista de Administração Pública (RAP), em 1969, assinala essa inflexão. A descrição do projeto mostra a influência do processo de mudança no campo de Administração Pública nos EUA, decorrência da proximidade entre a EBAP e a Universidade do Sul da Califórnia, uma das líderes do movimento de análise de políticas públicas naquele país (FARAH, 2013). A centralidade da análise de política pública é explicitada em documento do projeto, de 1969 (ESCOLA..., 1969:164):

Com essa série de estudos tem-se em vista institucionalizar no Centro de Pesquisa um ramo essencial dos Estudos de Administração Pública, especialmente designado como *Policy Analysis*, que constitui uma das áreas mais importantes do ensino da Administração.

O mesmo ocorre em documento do primeiro mestrado em Administração Pública do país, criado em 1973, na EBAP, o qual assim define a Administração Pública (CURSO, 1973, p. 85):

Entende-se por Administração Pública ... a área de conhecimento voltada para a análise, o diagnóstico, a pesquisa, a avaliação e o equacionamento de problemas de políticas públicas e governamentais...

É clara, assim, uma reorientação da formação em Administração Pública nesse momento também no Brasil. Incorpora-se a ideia de que a formação em Administração Pública tem por objetivo a preparação de profissionais capazes de contribuir para a resolução de problemas públicos. Houve, nesse momento, uma tentativa de ruptura com o modelo DASP e com o paradigma que separava administração e política. Para essa mudança, exerceu influência decisiva a proximidade entre os professores da FGV e os da Universidade do Sul da Califórnia. Como afirmou Simões Lopes em entrevista, professores dessa universidade chegaram a ficar na EBAP por cerca de dez anos (LOPES, 1999), participando da definição do perfil do curso e da própria formação dos professores, o que se completou com a ida de professores da EBAP para aquela universidade, onde cursaram seu doutorado (FARAH, 2011).

A perspectiva de formação em Administração Pública que se procurou implantar nesse momento, no entanto, sofreu solução de continuidade sob o impacto de mudanças no cenário político do país. O contexto ditatorial, após o golpe de 1964, teve impacto no desenvolvimento do campo, interrompendo o processo de reorientação da formação e chegando a ameaçar sua própria continuidade.

De um lado, o governo deixou de valorizar a pesquisa e a formação em Administração Pública. Após o destaque dado à reforma administrativa nos anos 60, o ensino de Administração Pública entrou em declínio, encerrando-se um ciclo em que se considerava a formação do administrador público um requisito para o desenvolvimento (FISCHER, 1984). De outro lado, foram perdidos apoios centrais, como o da Fundação Ford – que ao chegar ao Brasil priorizara a área de Administração. Essa instituição reorientou seus recursos para as Ciências Sociais, por não estar de acordo com o regime de políticas públicas característico do regime militar (autoritário, hierárquico e, ao mesmo tempo, clientelista, marcado pela corrupção) (STATION, WELNA, 2002; FARAH, 2013).

Como visto anteriormente, uma das condições da institucionalização e desenvolvimento de um campo científico é a articulação entre ideias e recursos. Tal articulação foi truncada pelo contexto ditatorial. Além disso, interferiu para o recuo da institucionalização que se iniciara o fato de, sob o novo regime, a

formação em Administração de Empresas ter sido mais valorizada, sendo vista como uma contribuição importante para o desenvolvimento do país.

Foi nesse contexto que se deu o processo de discussão do currículo mínimo dos cursos de graduação, tendo prevalecido o currículo mínimo “em administração”, consagrado pelo parecer 307 do Conselho Federal de Educação, de julho de 1966 (CONSELHO..., 1966 *apud* CONFERÊNCIA..., 1967), o que veio comprometer a identidade do campo de Administração Pública e reafirmar a separação entre administração e política. Nesse processo, foram derrotados professores da EBAP que então defendiam a preservação de currículos distintos para Administração e Administração Pública (CONFERÊNCIA..., 1967).

Esta derrota sugere que, em que pese a nova visão presente em projetos da EBAP influenciados pelas mudanças no campo de Administração Pública nos EUA, ainda era hegemônica, no Brasil, no âmbito do nascente campo de Administração Pública, a concepção baseada na separação entre administração e política. O campo voltava ao paradigma dos anos 30, com um agravante: via a sua própria identidade ameaçada. Tratava-se, na verdade, de um retrocesso. E, embora o contexto político tenha exercido forte impacto sobre esse redirecionamento, não se deve negligenciar a luta que se travou no âmbito do próprio campo, envolvendo a definição de seus limites e a concepção sobre o teor da formação a ser oferecida. Houve uma mediação de atores do campo, que envolveu disputa de visões e concepções sobre o conteúdo da disciplina. Prevaleceu a vertente que favorecia a separação entre administração e política e, associada a essa concepção, a tendência à indiferenciação entre administração de empresas e administração pública. O campo de administração pública se diluía e perdia sua identidade diante da decisão de se estabelecer um único currículo mínimo – o de Administração.

## REDEMOCRATIZAÇÃO

Uma nova inflexão ocorreu no Brasil com a democratização. Novos temas entraram na agenda de pesquisa de vários campos de conhecimento, sobretudo nas Ciências Humanas, como a democratização, a descentralização e a participação da sociedade civil, sob a influência de mudanças no contexto sócio-político.

Nesse contexto, tem início, na década de 80, a institucionalização do campo de políticas públicas, sob liderança da Ciência Política, surgindo fóruns específicos sobre o tema na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais– ANPOCS - e na Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP e sendo também criado o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP, na UNICAMP, pioneiro no estudo de políticas públicas (FARAH, 2016b).

A institucionalização em curso nesse momento – ainda que embrionária – era a de um campo de política pública e não de Administração Pública destacando-se a liderança da Ciência Política, num processo distinto do verificado nos EUA em que houve uma “conversão” de cursos de Administração Pública em cursos de Políticas Públicas (FARAH, 2013). A Ciência Política, que iniciara sua institucionalização no Brasil nos anos 70, conseguiu ganhar progressivamente mais espaço e reconhecimento ao longo dos anos 80 e 90 (FORJAZ, 1997), contando com o apoio da Fundação Ford (STATION, WELNA, 2002; FORJAZ, 1997; FARAH, 2016a).

A Administração Pública, por sua vez, acompanhou as novas tendências voltadas à contribuição para o novo momento do país – incluindo nas temáticas investigadas temas como articulação entre Estado e Sociedade Civil e avaliação de políticas públicas, para citar apenas alguns exemplos. Ao mesmo tempo,



incorporou também temas relativos à efetividade, eficácia e eficiência da ação estatal, que ganharam centralidade diante da crise fiscal do Estado que atingiu o país nos anos 80, no mesmo momento em que o país se democratizava (FARAH, 2011).

O contexto da democratização não foi suficiente, porém, para que a Administração Pública ganhasse espaço e se (re)institucionalizasse como campo científico. Pesaram para isto alguns fatores contextuais que funcionaram como obstáculos da institucionalização até os anos 2000.

Desataca-se inicialmente a persistência de uma legislação que definia um currículo mínimo de Administração (não reconhecendo a especificidade da formação em Administração Pública. Esse legado institucional continuou a dificultar a expansão de cursos com foco em Administração Pública. Uma segunda restrição à institucionalização da Administração Pública no período que se seguiu à redemocratização foi a posição secundária assumida por essa área nos projetos que então ganharam hegemonia nesse momento. Constituiu exceção a proposta de Reforma do Estado liderada por Bresser-Pereira nos anos 1990, mas que tampouco se traduziu em medidas de incentivo à formação nessa área na estrutura acadêmica já institucionalizada.

No interior do campo da Administração, por sua vez, a hegemonia da área de Administração de Empresas refletiu-se no controle de recursos estratégicos, funcionando como barreira à institucionalização do campo de Administração Pública. E, como visto, o espaço aberto para a contribuição de formações e pesquisas voltadas à resolução de problemas públicos relevantes foi “ocupado” pela liderança da Ciência Política que então se institucionalizava no país. Essas restrições contribuíram para as enormes dificuldades enfrentadas pelos cursos de graduação em Administração Pública e pelos programas de pós-graduação nessa área.

Em primeiro lugar, destaco o risco de desaparecimento da formação em Administração Pública no país no nível de graduação, em 2005, quando da extinção das habilitações nos cursos de Administração (CONSELHO..., 2005). A medida, que visava atacar um processo selvagem de criação de “adjetivos” à formação em Administração na graduação – estratégia utilizada por faculdades privadas para a abertura de novas vagas, quase conduziu à extinção de uma formação que surgira no Brasil antes dos cursos de Administração de Empresas, com propósitos e raízes distintos. É importante registrar esse momento de nosso passado, inclusive o quanto foi preciso lutar para que a formação em Administração Pública continuasse a existir. Professores e coordenadores de cursos se posicionaram e se manifestaram junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), ao Ministério de Educação (MEC) e à Associação Nacional de Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), em defesa da manutenção de uma formação singular – a de Administração Pública. Como resultado dessa luta, da qual participei ativamente, o curso constitui hoje “a única exceção”, segundo o CNE, à formação generalista em Administração (Pires et al, 2014; Farah, 2016 b), constituindo uma formação com características próprias. A essa conquista seguiu-se outra difícil e longa batalha que se travou pela aprovação de Diretrizes Curriculares específicas, processo que se estendeu por cerca de quatro anos, só se encerrando em 2014, com a publicação da Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação (CONSELHO..., 2014; PIRES *et. al.*, 2014; FARAH, 2016b).

Em segundo lugar, mas não menos crucial para o processo de institucionalização do campo, destaco as dificuldades decorrentes da subordinação da área de Administração Pública, no processo de avaliação de programas de pós-graduação estabelecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a critérios de avaliação definidos pela área de Administração de Empresas. Apenas em 2016, já no período recente, após um longo período de luta e de reivindicações por parte de professores e

coordenadores de programas, teve início o reconhecimento da especificidade desse campo com a inclusão de Administração Pública no nome da área na Capes<sup>4</sup>.

## EXPANSÃO DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÁREAS CORRELATAS NO PASSADO RECENTE

Destaca-se no período recente, mais acentuadamente, a partir de meados da década de 2000, a expansão da formação em Administração Pública e em áreas correlatas, no nível da graduação e da pós-graduação.

### Expansão da graduação

A Tabela 1 mostra a expansão dos cursos de graduação em Administração Pública e em áreas correlatas desde o início dos anos 2000. De 130 cursos de graduação presenciais existentes em 2012, apenas 11 existiam até 2002, dos quais 87 criados após 2007.

**Tabela 1 - Número de cursos presenciais por denominações, graus, tipo de instituição e nível de governo (2012)**

Ano de início**	Total	Denominações, graus, tipo de instituição e nível de governo						
		Administração pública + Gestão de políticas públicas*			Gestão pública			
		Bacharelado			Bacharelado	Tecnológico + Sequencial*		
		Federal	Estadual	Privada	Federal	Federal	Estadual	Privada
<b>Total</b>	130	13	9	8	2	16	3	79
Até 2002	11	3	3	2	--	1	2	--
De 2003 a 2006	32	--	4	2	--	1	1	24
De 2007 a 2010	57	7	1	3	2	12	--	32
De 2011 a 2012	30	3	1	1	--	2	--	23

\*Os cursos sequenciais, embora não sejam cursos de graduação, são cursos superiores segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e foram reunidos aqui para fins de análise (COELHO, 2006).

Fontes: FARAH, 2016b, p. 217 (Tabela 5), a partir do Ministério da Educação (BRASIL, 2012; COELHO, 2006) (Tabela 16).

<sup>4</sup> A qual passou a se chamar Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Considerando apenas os cursos de bacharelado, por sua vez, podemos observar que, dos 32 cursos existentes em 2012, apenas oito existiam antes de 2002, 16 tendo sido criados a partir de 2007<sup>5</sup>.

O crescimento nos anos 2000 foi influenciado por algumas medidas governamentais que visavam expandir a educação superior no país (FARAH, 2016 b):

a) A implantação do ProUni - Programa Universidade para todos, em 2005 (Lei 11.096), que oferece bolsas de estudos a alunos de instituições privadas de ensino superior, constituiu um incentivo à expansão da atuação da iniciativa privada, reforçado pela isenção de tributos a essas instituições (MANCIBO, VALE, 2013). Assim, houve um crescimento dos cursos de instituições privadas (gestão pública): dos 79 existentes em 2012, 55 são posteriores a 2007.

b) A instituição, em 2007, do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o qual criou incentivos para a expansão de universidades federais (FARIA, 2012). Dos treze cursos de bacharelado de universidades federais (administração pública e gestão de políticas públicas), dez foram criados a partir de 2007, assim como 14 dos 16 tecnológicos ou sequenciais (gestão pública).

c) A regulamentação de cursos tecnológicos e sequenciais de curta duração a partir dos anos 90 contribuiu para a expansão da oferta de cursos de curta duração (COELHO, 2006). Caracteriza-se, assim, uma oferta de educação superior segmentada no nível da graduação: de um lado, uma formação em novas modalidades de curso, em geral de curta duração, oferecida pelo setor privado, e, de outro, a formação nos cursos de bacharelado, oferecida com participação expressiva do setor público.

d) A criação, pela CAPES, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), com o propósito de induzir a oferta de cursos nessa área, na modalidade de ensino a distância, por parte de Instituições de Ensino Superior participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (Fundação Coordenação, 2009). Complementarmente pode-se associar a expansão verificada na graduação à existência de oportunidades de colocação profissional de egressos cursos na área pública, num momento de valorização da função pública e de demandas por profissionais qualificados por diversos níveis de governo. Os fatores apontados constituem elementos contextuais favoráveis à institucionalização do campo.

Não apenas a medida específica de estímulo à formação em Administração Pública (PNAP), mas também as demais que abrangem as diversas áreas do conhecimento, contribuíram de forma decisiva para a expansão da formação em Administração Pública e em Gestão Pública, integrando um contexto favorável ao campo. A expansão foi possibilitada também pela existência de um maior interesse pela área pública que carecia até então de incentivos e recursos para se viabilizar.

<sup>5</sup> Em 2014, já havia 50 cursos de graduação presenciais, segundo Fadul *et al* (2014).

## Expansão dos cursos de pós-graduação e da produção acadêmica em administração pública e áreas correlatas

A expansão dos cursos de pós-graduação foi menos expressiva do que a verificada na graduação em termos absolutos, mas muito significativa em termos relativos. Fadul, Coelho, Costa e Gomes (2014) identificaram, em 2014, a existência de um curso de doutorado e de 13 cursos de mestrado em Administração Pública com diferentes denominações, incluindo mestrados acadêmicos e profissionais. Desses, três eram mestrados acadêmicos e 10 mestrados profissionais. Tais programas são vinculados à área de avaliação de Administração. Outros sete (7) programas, da mesma área, tinham uma área de concentração ou linha de pesquisa em Administração Pública. E, em outras áreas de avaliação – Interdisciplinar e Ciência Política – mais dez (10) e quatro (4) programas, respectivamente, num total de 14 programas de gestão/políticas públicas. Dentre os da área interdisciplinar dois (2) são mestrados acadêmicos e quatro (4) são de mestrado e doutorado, sendo quatro (4) profissionais. Na Ciência Política, um é acadêmico e três (3) são profissionais. Há ainda alguns programas (cinco - 5) em outras áreas (Planejamento Urbano e Regional, Serviço Social, Economia, Sociologia). Um aspecto que se destaca no crescimento na pós-graduação é o fato de a expansão ter sido maior na modalidade profissional – uma novidade na estrutura da pós-graduação brasileira. Em artigo de 2016, constatei que 80% dos programas de administração pública, política pública e áreas correlatas são posteriores a 2000, tendo o grande salto ocorrido a partir de 2007 (60% dos programas foram criados depois de 2006).

Assim como ocorreu na graduação, a expansão dos cursos, na pós-graduação, é tributária de medidas governamentais que procuraram estimular a criação de novos programas nas diversas áreas do conhecimento (FARAH, 2016b). A exigência de que programas bem avaliados contribuam para a criação de novos centros de pesquisa e formação em outras regiões do país, por meio de doutorados e mestrados interinstitucionais, constitui uma das medidas que têm esse propósito (Dinter e Minter). A resposta de integrantes do campo ao estímulo governamental foi expressiva, como atestam os dados apresentados acima de forma sintética e a luta, mencionada anteriormente, pelo reconhecimento da identidade de Administração Pública na avaliação no âmbito da área de Administração<sup>6</sup>.

O crescimento da pós-graduação foi acompanhado pela expansão da produção acadêmica no período recente, refletindo-se no aumento de submissões de trabalhos aos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), vindas de pesquisadores de diversas áreas (FARAH, 2011; FADUL *et. al.*, 2016). Essa expansão foi de tal ordem que levou à criação de subdivisões no âmbito da área de Administração Pública no ENANPAD em 2001 – as subáreas de Gestão Pública e Governança (GPG) e Políticas Públicas (POP) – que juntas tiveram, naquele ano, mais de 150 submissões. A partir de 2004, por sua vez, o número de trabalhos submetidos em cada uma destas áreas foi sempre superior a 100 trabalhos anuais, por vezes ultrapassando 500 trabalhos. Paralelamente, criou-se em 2004, o ENAPG, o qual, por sua vez, também passou a ter um número bastante elevado de submissões (FADUL *et. al.*, 2016).

<sup>6</sup> Ultrapassa o escopo desse artigo desenvolver uma análise sobre os desafios ainda importantes na pós-graduação, e da continuidade necessária da luta para que o reconhecimento da identidade da área se reflita nos critérios de avaliação da produção, em particular no Qualis periódicos, sobretudo na delimitação dos conteúdos que integram o campo, com repercussão direta na definição de que periódicos são “do campo”. A questão da avaliação permite explicitar a pertinência de aspectos destacados por Bourdieu na análise de campos científicos: a relevância da mediação entre texto e contexto; a importância da ação interna à área, na busca de acesso a recursos estratégicos, e por posições dentro do campo e externas ao campo.

## A REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE DA ÁREA

A (re)institucionalização do campo de Administração Pública no período recente foi acompanhada por uma reconfiguração da identidade da área. Não se trata hoje da Administração Pública tal qual surgira de forma embrionária nos anos 30. Não se trata sequer da Administração Pública que começou a despontar como análise de políticas públicas nos anos 60 e 70, sob influência dos EUA. Não se trata ainda dos estudos de políticas públicas que surgiram, sob liderança da Ciência Política nos anos 80. Trata-se de algo novo e plural, designado pelos próprios atores (e atrizes) – professores, professoras, coordenadores e coordenadoras de curso, alunos e alunas do “campo” – como “Campo de Públicas”. No âmbito desse artigo, é suficiente destacar que a institucionalização do Campo de Administração Pública é hoje, no meu entender, a institucionalização do “Campo de Públicas” e que os processos já descritos envolvendo dificuldades e avanços na formação e na produção acadêmica são ingredientes desse processo de institucionalização<sup>7</sup>.

Antes de passar à discussão do futuro e de desafios de nosso campo, para concluir a reflexão sobre o passado e o presente, apresento, a seguir, uma síntese do período recente e do presente, tendo por referência elementos destacados por Bourdieu na análise de campos científicos -, o contexto, o texto e a mediação exercida pelo próprio campo.

No que se refere ao **contexto**, houve, a partir dos anos 2000, uma valorização da área pública e da pesquisa e da formação nessa área (com iniciativas governamentais que favoreceram a expansão do campo). Houve, complementarmente, uma demanda por profissionais com formação na área pública.

No que diz respeito ao **texto**, isto é, à contribuição substantiva do campo de Administração Pública – ou do “Campo de Públicas” -, houve expansão da produção acadêmica e a emergência de novos temas de pesquisa, conectados com novos desafios e problemas públicos, como os ligados à questão federativa, ao controle social, à atuação da burocracia de nível de rua, à implementação de políticas e à redução da desigualdade, para citar apenas alguns exemplos.

Em relação à **mediação** exercida pelo campo – e que diz respeito à autonomia (relativa) a que se refere Bourdieu (2004) - a ação de atores e atrizes do campo foi crucial na luta contra os obstáculos, existentes no contexto e dentro do próprio campo, vindos do período anterior, como a batalha pela não-extinção do curso de Administração Pública e pelas Diretrizes Curriculares e a luta pela incorporação de Administração Pública ao nome da área de Avaliação na CAPES.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: um posicionamento conjunto pelo futuro do campo de públicas

O que começou a emergir e a ser “construído” é algo novo, que envolve a articulação de múltiplas e diversificadas formas de pesquisar e de formar para a área pública – que hoje vai além do Estado, isto é, supõe articulação entre Estado e Sociedade e participação da Sociedade.

Este algo novo corresponde a uma formação multidisciplinar em diferentes formatos e diferentes modalidades (presencial e a distância), e inclui o desenvolvimento de pesquisas com contribuições de diferentes disciplinas.

<sup>7</sup> Ver artigo de Etulain, Horochovski e Serafim sobre o Campo de Públicas, o qual integra este número do Dossiê do Campo de Públicas da *Nau Social*.

A institucionalização que se deve buscar hoje e no futuro é menos a de Administração Pública e mais a desse algo novo e múltiplo que inclui gestão de políticas públicas, gestão social, gestão pública, administração pública, política pública e ação pública.

Essa institucionalização envolve cursos variados, revistas a serem consolidadas como “do campo”, diretrizes específicas (comportando diversidade e multiplicidades), consolidação de congressos e de áreas temáticas em congressos, assim como, na pós-graduação avançar em direção a uma área de avaliação específica,

São oportunas as iniciativas que visam aproximar cursos de diferentes inserções institucionais. Embora essa aproximação envolva disputa em torno de interpretações sobre o “objeto” (comum?) e sobre abordagens analíticas e didático-pedagógicas, o cenário recente de desmonte de instituições públicas, de políticas públicas, de programas governamentais, da universidade; a restrição de recursos para atividades de formação e de pesquisa; a redução de oportunidades de inserção profissional – quer na área pública *lato sensu*, quer nas universidades– é algo que deve reforçar essa aproximação *em defesa de um campo comum, de uma agenda comum, de uma identidade múltipla, na qual se reconheça um núcleo comum, compartilhado*.

Porque o **contexto** atual – de rejeição à política e de questionamento de políticas baseadas na perspectiva de direitos - coloca em risco avanços nas políticas públicas e na relação Estado e sociedade, mas também no próprio campo de Administração Pública e no Campo de Públicas.

Diante desse contexto, é mais do que nunca necessário o reconhecimento da existência de um espaço de mediação entre texto e contexto, característico do campo científico, como apontado por Bourdieu. Nesse espaço assume importância central a ação dos integrantes do campo. Que podem, ao se posicionar, interferir no futuro do Campo de Públicas. Embora o cenário seja complexo e pleno de desafios, há espaço para a ação.

## REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham. Emergence of Schools of Public Policy. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert F. (eds.). *The Oxford Handbook of Public Policy*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 58-80.
- ALTSHULER, Alan. Teaching leadership. Annual Meeting of APPAM, San Francisco, October, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche, en Sciences Sociales*, v. 2, n. 2-3, p. 88-104, jun. 1976.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 112-143.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004 (texto original de 1997).
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5.773. (9 de maio de 2006). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Recuperado de <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. E-MEC: Instituições de educação superior e cursos cadastrados. 2012. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em 5 de setembro de 2012.



COELHO, Fernando de S. Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre a formação em administração pública — em nível de graduação — no Brasil. Tese (doutorado em administração pública e governo) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2006.

COELHO, Fernando de S.; NICOLINI, Alexandre M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 367-388, abr., 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Revista de Administração Pública*, v.1, n. 2, 2º sem. 1967, p. 233-237.

CONSELHO Federal de Educação - CFE. Parecer nº. 307/1966, de 8 de julho de 1966. Brasília, Diário Oficial, 1966.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução n. 4 de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências, Brasília, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução n. 1, de 13 de Janeiro de 2014. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais em Administração Pública. Brasília, DF: MEC, CNE, CES, Brasília, 2014.

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Revista de Administração Pública*, v. 7, n. 3, jul./set.1973, p. 85-104.

ENGELBERT, Ernest A. University Education for Public Policy Análisis. *Public Administration Review*, v. 37, n. 3, May/June 1977, p. 228-236.

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Plano de Trabalho para 1969. *Revista de Administração Pública*, v. 3, n. 1, 1969, p. 147-170.

FADUL, Élvia; ;COELHO, Fernando de Souza; COSTA, Frederico Lustosa da; GOMES, Ricardo Corrêa. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, 2014, p. 1329-1354,

FARAH, Marta Ferreira Santos. A contribuição da administração pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. F. (Org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 91-126.

\_\_\_\_\_. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, 2016a. p. 959-979,

\_\_\_\_\_. Formação em política pública no Brasil. Das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. *Estudios políticos*, 49, pp. 192-215, 2016b

\_\_\_\_\_. Santos Administração pública e políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*, v. 45, n. 3, 813-836, maio/jun. 2011.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil? In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (ed.). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, pp. 123-153.

FISCHER, Tânia. Administração Pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984.

- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12 , n. 35, pp. 1-22, 1997.
- FREDERICKSON, H. George. 1999 John Gaus lecture — the repositioning of American public administration. *PS: Political Science & Politics*, p. 701-711, Dec. 1999. Disponível em: <[www.apsanet.org](http://www.apsanet.org)>.
- FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. (2009). Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – Edital nº 1, de 27 de abril de 2009. Brasília: Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/pnap>
- HENRY, Laurin L. NASPAA history. A summary report from the NASPAA Historical Project, prepared for NASPAA's 25 th Anniversary Conference, Austin, TX, oct. 18-21, 1995. <http://www.naspaa.org>. Acesso em 13/07/2018.
- HENRY, Nicholas. Paradigms of Public Administration. *Public Administration Review*, v. 35, n.4, p. 378-386, 1975.
- LOPES, Simões. Depoimento In: D'Araújo, Maria Celina (org.). Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. P.12-23 (Capítulo 1. Origens da Fundação Getulio Vargas)
- MANCEBO, Deise e VALE, Andréa Araújo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. *Educação e Sociedade*, v. 34, n. 122, pp. 81-98, 2013.
- MCCAMY, James L. *Science and Public Administration*. University of Alabama Press, 1960.
- MELO, Marcus André. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, S. (ed.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. (Ciência Política, v. 3). São Paulo, Brasília: Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999. p. 59-100.
- NELSON, Barbara J. Public Policy and Administration. In: GOODIN, Robert E.; Klingemann, Hans-Dieter. *A New handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press., 1998, p. 551-592.
- OSPINA-BOZZI, Sonia M. La administración pública como “comunidad discursiva”: algunas lecciones del caso estadounidense para América Latina. *Reforma y Democracia*, n. 10, p. 85-112, fev. 1998.
- PIRES, Valdemir; SILVA, Suylan de A. Midlej; FONSECA, Sérgio Azevedo, VENDRAMINI, Patrícia e COELHO, Fernando Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.
- SILVA, Benedicto. Treinamento de funcionários públicos nos Estados Unidos. *Revista do Serviço Público*, v.1, n.4, p. 1-8, mar.1938.
- STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. Da Administração Pública à participação democrática. In: OS 40 ANOS da Fundação Ford. Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (organizadores). São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Fundação Ford, 2002. p. 167-200.
- WARLICH, Beatriz. A reforma administrativa na era de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1983.
- WARLICH, Beatriz. Formação em Administração Pública e de Empresas: programas específicos ou integrados numa sociedade em desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, v. 1, n. 2, 2º sem. 1967, p. 239-265.
- WILSON, Woodrow. The study of administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, June 1887, reproduzido no v. 56, dec. 1941.